

Mendo Henriques

Presidente do Nós, Cidadãos!

Sobre Migrações e Segurança

Os Balcãs geram migração em massa, o Mediterrâneo é uma vala comum e a União Europeia é o coveiro. Todos os anos, quando os mares estão mais calmos, começa o fluxo de famílias que tentam escapar da guerra, violência e encontrar uma vida mais segura. Sempre que há um acidente, os políticos europeus emitem declarações solenes: "Gostaríamos de exprimir condolências às famílias das vítimas. Esta tragédia deve ser um ponto de viragem na política europeia." Viragem? Qual quê! É um pântano de falsas indignações, boas intenções, e falta de ação.

É fácil perder o foco, e esquecer que por detrás das estatísticas e documentários sobre refugiados, estão seres humanos. Para um de nós, a história de Farid –narrada por uma sua professora - deixou isso claro.

Aos 12 anos, por causa da guerra no Afeganistão, Farid perdeu-se dos pais e dos irmãos. Foi acolhido por uma família, que o faz chegar a um campo de refugiados das Nações Unidas na Turquia, após uma longa viagem a pé, através do Paquistão e Irão. Aí viveu dois anos até ter dinheiro para obter passagem em barcos para a Grécia. Falhou uma primeira e uma segunda tentativa, rechaçadas pela polícia marítima. À terceira, a embarcação afundou-se e dezenas de passageiros afogaram-se. Farid sobreviveu e alcançou a nado a costa. *Foi a primeira vez na vida que rezou a sério*, diz ele. Quando finalmente conseguiu passar para a Grécia, foi internado num orfanato. Fugiu de lá durante uma festa em que se abriram as portas da instituição, e alcançou a Espanha, onde ficou mais um ano, ao abrigo de um programa das Nações Unidas.

Aos 16 anos chegou a Lisboa ao Centro de Acolhimento de Crianças Refugiadas. Começou a frequentar a escola e apesar das dificuldades em falar português, terminou o 12º ano enquanto se dedicava à sua maior paixão - o boxe – em que ganha medalhas e se sagrou campeão nacional de cadetes. Quase foi aos Jogos Olímpicos na equipa dos refugiados. Da última vez que soube dele, Farid tinha uma bonita namorada. Trabalhava numa empresa em técnicas de estampagem que aprendera na escola António Arroio e fazia diligências para trazer a família para Portugal. Conseguira sobreviver à tragédia dos refugiados devido a coragem e persistência. Muitos outros não tiveram essa sorte.

A vaga de migração para a Europa acelerou em 2014, até atingir o pico no verão de 2015. O fluxo crescente chegara a um clímax devido à decisão corajosa da chanceler Angela Merkel. Quem chegava às costas

européias para pedir asilo era detido no primeiro país que alcançasse: Itália, Malta, Grécia. Segundo a lei da União, não tinha o direito de passar do primeiro “país seguro” para outro. Mas os refugiados procuravam uma vida melhor, e não queriam parar no primeiro país. Começaram a atravessar o Mediterrâneo ilegalmente, e a desfilar pelas estradas dos Balcãs, a pé ou de autocarro, em direção à Alemanha, Reino Unido e Suécia.

A 25 de agosto de 2015, para aliviar a pressão sobre os estados vizinhos, e em nome dos valores europeus, a chanceler Merkel tomou uma decisão: os refugiados que chegassem à Europa poderiam entrar na Alemanha e pedir asilo. Esta decisão, comunicada em um tweet do Gabinete Federal Alemão para Migração e Refugiados, esteve na origem de um dos maiores movimentos de massas desde 1945. Jovens de todo o mundo, desde o Sri Lanka ao Senegal, apresentaram-se como “refugiados” para aceder ao mercado de trabalho alemão. Quase 2 milhões de pessoas chegariam à Alemanha antes de 2016; e desses recém-chegados, cerca de 1,2 milhão eram migrantes.

As autoridades alemãs procuraram que países europeus a aceitassem uma quota dos refugiados e migrantes. Era a hora de os países da Europa Central retribuírem as dezenas de milhares de milhões de euros de ajuda desde 2004, ou então enfrentar um corte em subsídios da UE e do contribuinte alemão.

Os governos da Europa central que seguiam as regras de jogo aceitaram essa pressão, mas os partidos populistas opuseram-se, abrindo o caminho para uma onda autoritária na Europa Central, desde o mar Egeu ao mar Báltico. Não é preciso ser meteorologista para saber para onde este vento sopra.

A vaga populista contra os refugiados salvou Viktor Orban, que estava a afundar-se na Hungria, após a tentativa fracassada em 2014 de impor pesados impostos sobre o uso da internet. Na Polónia, o partido *Lei e Justiça*, reacionário e autoritário, teve uma maioria sem precedentes nas eleições de outubro de 2015. Na Áustria, a maioria votou pela política anti migratória, dando 31,6% ao Partido Popular e 27,4% ao Partido da Liberdade, de extrema direita. Na República checa, o primeiro ministro Andrej Babis reinventou-se como nacionalista. "Parei de acreditar na integração bem-sucedida e no multiculturalismo", disse no Facebook no verão de 2016. "Devemos fazer o máximo para rejeitar os migrantes, e mesmo as quotas."

O discurso populista é idêntico nos governos da Europa Central e nos partidos de direita do Ocidente apesar de cada país ter os seus problemas. Se a Europa Ocidental apela ao dever de acolher aos imigrantes em nome

dos direitos humanos, os anti-refugiados dizem que, primeiro, os estados têm de garantir que os cidadãos estejam seguros. E porquê aceitar que a riqueza criada por gerações anteriores seja consumida por quem não tem relação com o nosso país e cultura, em subsídios, ajudas médicas e pensões? E se entre os refugiados houver terroristas e inadaptados que são um risco para a segurança e desejam destruir a nossa cultura?

Os políticos só acreditam no que dá votos. Rejeitam as quotas de refugiados e são contra a adoção do euro, mas não partilham a posição anti-europeia da extrema-direita. "Enquanto der dinheiro", afirmou Andrej Babis em outubro de 2016, "a Europa é vantajosa".

Este género de marxismo às avessas da direita europeia – em que só conta o dinheiro - exemplifica a maneira escandalosa como tratamos os menos afortunados. Expulsamos os que veem a Europa como terra prometida e querem participar na nossa sociedade. Esquecemos que estão em jogo os valores europeus.

O modo como a União Europeia respondeu à tragédia dos refugiados tem sido lamentável. Quando José Manuel Barroso visitou a ilha de Lampedusa, declarou: "*Essa imagem de centenas de caixões nunca sairá da minha mente.*" Foram palavras vazias: pois não se seguiu qualquer iniciativa da Comissão a que presidia. A União Europeia enfiou a cabeça na areia. Enviou barcos e helicópteros sob a bandeira da agência Frontex para combater a migração ilegal. Mas resgatar pessoas em perigo no mar continuou a ser uma questão meramente nacional. O orçamento da Frontex baixou brutalmente e o resgate dos migrantes foi abandonado às ONG's. Os Estados-membros rejeitaram um programa da Comissão para acolher dezenas de milhares. A aceitação "obrigatória" tornou-se aceitação "voluntária".

20 anos após a cúpula em Tampere, ainda não existe uma política comum de asilo e migração. Este vazio é explorado pelos traficantes de seres humanos que forçam os refugiados a pagar pelo transporte, se preciso for com órgãos. Empurramos os requerentes de asilo para as mãos das organizações criminosas, e só permitimos que eles solicitem asilo ao chegar a solo europeu. Por que não permitimos que os refugiados solicitem asilo através das embaixadas e consulados da União Europeia? Por que não criamos zonas humanitárias próximas a áreas de conflito para que os refugiados vivam em condições dignas? Assim, os refugiados ficam à mercê de contrabandistas que os exploram e abusam.

A pressão migratória é consequência dos conflitos que ocorrem à nossa porta, no norte de África e no Próximo Oriente. Acreditámos que esses conflitos não nos afetariam e se resolveriam por si. Fazer vista grossa

ao drama dos refugiados, é a pior decisão que poderíamos tomar. As condições são intoleráveis na Líbia e em estados africanos de onde foge a população.

Vimos isso na Síria, onde deixámos agir Bashar al-Assad, em vez de apoiar o Exército Livre da Síria para criar zonas seguras e corredores humanitários. Como resultado, o país e a região enfrentam uma crise humanitária sem precedentes. Em meados de 2015, havia 11 milhões de refugiados na Síria e nos países vizinhos, dos quais 4 milhões em campos fronteiriços. Em 2016, esse número aumentou para 5 milhões: 2,7 milhões na Turquia, 1 milhão no Líbano, 655 mil na Jordânia, 247 mil no Iraque e 117 mil no Egito. A guerra civil já custou mais de 200.000 vidas; 1 milhão ficou ferido se quatro em cada cinco sírios vivem na pobreza ou miséria.

Entre abril de 2011 e janeiro de 2016, os sírios apresentaram um milhão de pedidos de refúgio na Europa, dos quais os 28 Estados membros aprovaram um terço. Esse número insignificante de 307.000 gerou alvoroço na Europa sobre “o perigo dos refugiados”. Em 2011, na esteira da Primavera Árabe, a França e a Itália tinham discutido quem deveria aceitar de 25.000 imigrantes tunisianos - um espetáculo vergonhoso para a Europa rica de dinheiro, mas pobre de acolhimento. Dezenas de milhares de sírios continuam a morrer de fome na Turquia, Jordânia e Líbano. Pelo menos metade das crianças da Síria não recebem educação há mais de dois anos e ficam para trás, muitas delas vítimas de trabalho infantil, recrutamento para milícias armadas e casamento forçado.

A história da Líbia é igual. Depois da maré virar a favor dos rebeldes em 2011, e franceses e ingleses terem criado uma zona de exclusão aérea, lavámos as mãos. Em vez de enviar forças de paz, deixámos o país nas mãos de grupos rivais de milícias. É o caos. A Líbia é o ponto de partida para dezenas de milhares de refugiados sírios, palestinos e sudaneses que esperam dar o salto e vir para a Europa. Cerca de 140 mil sírios estão vivendo em casas ao longo da costa da Líbia perto de Zuwara e Benghazi, e em torno dos portos egípcios de Damietta e Baltim, perto de Alexandria. Milhares amontoam-se em frágeis embarcações que nem metade deveriam transportar, correndo o risco de o barco virar ou afundar.

Sem uma política comum de migração, a Europa tenta alijar responsabilidades para os países de trânsito. O pior caso é, sem dúvida, o acordo com a Turquia. Entregámos a crise migratória a um regime que, mesmo antes do golpe militar de 15 de julho de 2016, e os expurgos maciços que se seguiram, é um estado autoritário. Pedimos ao novo poder otomano que evitasse a entrada de refugiados na Europa a troco de 3 bilhões de euros. Semanas após o acordo, a Human Rights Watch e a

Amnistia Internacional relataram que guardas de fronteira turcos disparavam sobre refugiados na fronteira com a Síria. Nenhum líder europeu reagiu. Será que abdicámos dos princípios morais?

A União Europeia entrou em "acordos de colaboração" com outros "países parceiros", como o Egito, Tunísia e Níger. Pedimos a estados sem recursos para lidar com os fluxos de migrantes da África subsaariana e do Oriente Médio, embora esses países enfrentem a pobreza ou o influxo de refugiados.

Os estados membros têm responsabilidade nos dramas diários no Mediterrâneo. Ninguém assume a responsabilidade pelos barcos cheios de refugiados que o atravessam. A Itália até acusa os responsáveis por operações de resgate individuais, de ajudar a imigração ilegal e organizações criminosas; quer levar a tribunal quem resgata essas pobres almas. "Negligência culpável" é o termo mais generoso para a União, mas a palavra correta é "assassinato".

